

Estudo introdutório sobre o problema do parasitismo e do sujeito revolucionário em Gramsci e Nelson Werneck Sodré;

de: Marcelo de Marchi Mazzoni

Resumo:

  patente no pensamento de Gramsci, sobretudo no texto O Americanismo e Fordismo, que o problema do parasitismo econ mico era figura central na vida econ mico-social da Itália, assim como das sociedades europeias em geral, na primeira metade do século 20. Isto  , que a herança histórica levou   existência de camadas que vivem da renda das posses de seus antepassados, ou mesmo de direitos nobili rios às famílias que sobrevivem, estas camadas, não são atuando na vida econômica ativamente, desviam para si uma parcela significativa da mais-valia, frente ao americanismo, forma superior de mobiliza o de toda força nacional para produ o. Os países europeus tiveram que dar soluçoes ao novo fen meno mundial que opunha-se diretamente as fomas arcaicas. Contudo, seria possível que a sociedade brasileira, de existência relativamente nova, tenha produzido estes estratos sediment rios que pesam sobre a vida produtiva das classes essenciais, capitalistas e trabalhadores? Defenderemos, a partir da leitura de Sodré, que sim, de modo que, apresentaremos como a grande propriedade de terra e a estrutura econômica colonial, apesar de integradas ao processo de acumula o capitalista, mantiveram os resquícios da forma arcaica, dando novo sentido histórico àquela expressão: *le mort saisif le vif*. Além do que, tanto Gramsci, quanto Sodré, estudaram quais foram as forças sociais incumbidas historicamente de elementos progressivos capazes de enfrentar as forças regressivas e, deste modo, abrir caminho para o estabelecimento de um novo Estado. Em Gramsci surge, para a Itália, a questão meridional atrelada   aliança das classes subalternas e em Sodré a massa dispersa do campo e da cidade deveria constituir-se em Povo-Na o. Tendo como base os textos dos autores, e de comentadores, investigaremos este problema de modo a arejar as reflexões daqueles, iniciando um movimento de aproxima o do pensamento dos autores.

Palavras-chave: Antonio Gramsci, Nelson Werneck Sodré, constitui o do povo na o.

1. Introdu o

Em dois dos mais famosos textos de Marx, o Manifesto e o Capital, há uma clara referência não são   crítica ao sistema capitalista, mas um elogio a ele, sobre: como este modo de produ o, para se implantar, teve de combater revolucionariamente às forças conservadoras e retrógradas do *ancien regime*. No Manifesto, não poderia o tom   enfático, visto que vemos páginas e páginas sobre o assunto: “A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário”, pois como elemento novo combateu a ferro e fogo e “onde passou a dominar, destruiu as rela oes feudais, patriarcais e idílicas”. Ela “Dilacerou

sem piedade os laços feudais, tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus “superiores naturais,” destruindo o sistema e os elementos místicos que lhe davam sustento “sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível “em dinheiro””, ou seja, “no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta (MARX, 2008, p. 12)”.

A burguesia revolucionando criou, além de seu mundo, o trabalhador assalariado: “A burguesia despiu de sua auréola todas as atividades veneráveis ... Transformou o médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem de ciência em trabalhadores assalariados”. Da esfera pública, aos domínios familiares: “A burguesia rasgou o véu comovente e sentimental do relacionamento familiar e reduziu a uma relação puramente monetária (MARX, 2008, p. 13)”.

A submissão do campo a cidade, a adoção de um sistema de competição que faz com que “não possa existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais ... A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social” podendo-se dizer que: “Tudo que era sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profano, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas (MARX, 2008, p. 14)”. Centrada no modo de vida urbano, ela subordinou o campo, centrada no Ocidente, subordinou o Oriente, logo, todo o mundo foi sendo moldado a imagem e semelhança desta nova classe.

Isto é o que escrevia Marx, em 1848, alguns meses antes da Primavera dos Povos varrer os governos e, no instante seguinte, ela própria seria derrotada. Contudo, podemos perceber que o desenvolvimento da dialética social, que a revolução burguesa impôs como dinâmica da construção da modernidade capitalista, apresentava um elemento “estranho” como, em 1867, descreve Marx na primeira edição do Capital:

Mas deixemos isso de lado. Onde a produção capitalista se instalou plenamente entre nós – por exemplo, nas fábricas propriamente ditas -, as condições são muito piores que na Inglaterra, pois aqui não há o contrapeso das leis fabris. Em todas as outras esferas, atormenta-nos, do mesmo modo como nos demais países ocidentais do continente europeu, não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a falta desse desenvolvimento. Além das misérias modernas, aflige-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes da

permanência vegetativa de modos de produção arcaicos e antiquados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Padecemos não apenas por causa dos vivos, mas também por causa dos mortos. *Le mort saisit le vif!* (MARX, 2013, p. 79).

O autor admite que a dinâmica contraditória do real impele não somente à existência de formas capitalistas burguesas, que o movimento revolucionário traz à tona, em alguns casos, a existência, ou melhor, a permanência de formas arcaicas em meio a forma social burguesa, que toma ares “assombrosos”. Como se no movimento dialético da história, não somente a superação atuasse, mas, também, a permanência, modificada, de formas distintas e anacrônicas. Posto isso, qual o segredo desta dinâmica e qual a profundidade da superação-manutenção? Isto analisaremos nas seções “O desenvolvimento capitalista e a luta contra os “mortos” em Gramsci” e “Nelson Werneck Sodré e a luta pela quebra da estrutura econômica feudal”. Nestas estudaremos como estes autores perceberam o movimento de sedimentação histórica, ou seja, a manutenção de elementos de formas sociais anteriores e a influência na vida social destas forças “parasitárias”.

2. O desenvolvimento capitalista e a luta contra os “mortos” em Gramsci

A dinâmica da superação-manutenção será matéria de uma reflexão de Gramsci nos Cadernos do Cárcere. Encontra-se no Caderno 13 uma forma sintética que poderia ser considerada não o fim, mas o coração de toda reflexão: “como se pode justificar a introdução do conceito de distinção numa filosofia da práxis? Mas se pode falar de dialética dos distintos e como se pode entender o conceito de círculo entre os graus de superestrutura?” Dando uma resposta extremamente curta, para questões tão profundas: “Conceito de *bloco histórico*, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos (GRAMSCI, 2007, p. 27)”.

Aqui sintetiza-se duas concepções dialéticas aparentemente “antitéticas”. A dialética dos “distintos” e a dialética dos contrários. A última remonta a dialética hegeliana¹ e a segunda referida em primeira momento a Croce remonta, pelo menos, a Pierre-Joseph

1 “Na dialética hegeliana “clássica”, a oposição se resolve na fusão de dois termos que constituem em seguida uma outra realidade (BERTHIER, 2017, p. 9)”. Também deve-se sublinhar o seguinte a dialética hegeliana não é uma “método de análise”, mas, a própria lógica contraditória do real. Então, quando se fala em dialética, aqui, está se falando do movimento do real, não de uma abstração subjetivista.

Proudhon (BERTHIER, 2017), no caso, a dialética dos distintos não é apreciada diretamente de Proudhon, mas da leitura minuciosa que Gramsci fez de Croce – infelizmente, no momento de nossa pesquisa, não conseguimos apreciar a bibliografia adequada para pormenorizar o método deste último.

Há, então, uma superação da dialética hegeliana, ao adotar que na realidade alguns elementos sociais se opõem distintivamente e articulam-se circularmente. Esta virada metodológica é o que permitiu as inovações analíticas dos estudos sobre a “revolução passiva”, o “parasitismo sedimentário” das sociedades europeias, a característica sedimentária e fragmentária dos folclores na concepção de mundo dos grupos sociais subalternos. Admitindo que o movimento do real não necessariamente ocorre numa superação de elementos contraditórios, mas que, algumas classes, algumas formas sociais, fragmentos de formas sociais que existem como reflexo de uma forma social passada, continuam existindo no presente. Todavia, articula-se este movimento circular com a contínua oposição antagônica e contraditória. Além do que, o movimento circular não é algo “percebido pelo observador”, como em Croce e Proudhon, porém como um movimento do real, prevalece, portanto, a dialética de matriz hegeliana. Esta dinâmica, então, é analisada sobre vários prismas.

Partindo desta reflexão, percebe-se que, em Americanismo e Fordismo, Gramsci atenta-se à dinâmica dialética e sedimentária do desenvolvimento da história. A questão do parasitismo, suas causas e consequências é fruto disto. Gramsci escreve no momento da transição do capitalismo concorrencial, para o de uma economia capitalista programática. Quatro movimentos são centrais para dar andamento a este processo:

- 1-) A revolução na Rússia em 1917;
- 2-) A queda tendencial da taxa de lucro;
- 3-) O Desenvolvimento de formas moderníssimas de organização técnica do trabalho;
- 4-) A cada vez maior concorrência entre os países imperialistas.

Estes são os elementos externos agudizam a necessidade de se produzir um modo superior de sociedade cujas forças vitais se encaminhem para a produção. Os elementos

internos, são: a laboriosidade do povo americano, uma demografia naturalmente racional e o esforço monumental para produzir um novo tipo humano.

A laboriosidade do povo americano é algo que se destaca quando, por exemplo, na Itália a percepção do trabalho manual é negativa. “Se numa família um padre se torna cônego, imediatamente o “trabalho manual” se torna “uma vergonha” para toda a parentela; no máximo é possível dedicar-se ao comércio (GRAMSCI, 2001, p. 246)”. A diferença é gritante, tanto é que, “o italiano médio se surpreende quando ouve dizer que um americano multimilionário continua ativo até o último dia de sua vida consciente (GRAMSCI, 2001, p. 246)”.

Sobre a questão do problema demográfico podemos dizer que o americanismo exige uma condição preliminar, que, nos Estados Unidos, é algo natural de sua formação, “uma composição demográfica racional, que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias”. Contudo, a existência destas classes é um traço típico da civilização europeia, pois esta, por sua longa tradição histórica, realizou um longo processo de sedimentação e fossilização, herança de grupos sociais anacrônicos. “Aliás, pode-se dizer que, quanto mais antiga é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são estas sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do “patrimônio” dos “avós”, destes pensionistas da história econômica (GRAMSCI, 2001, p. 243)”.

O grande esforço na América, para “a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados”. O americanismo é um programa que articula da sociedade civil todo o conjunto da vida, e seu “significado e o alcance” representam “*também* o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem (GRAMSCI, 2001, p. 266)”. Este esforço tornou-se necessário para combater a lei da queda tendencial da taxa de lucro, isto é, a tendência inerente ao modo de produção capitalista de aumentar continuamente a extração de mais-valia relativa e, consecutivamente, obter cada vez uma quantidade menor de lucro por mercadoria, devido ao fato, que, tende-se a quanto maior a produtividade por tempo, menor a quantidade de força de trabalho por mercadoria.

Os países da “velha Europa” padecem por sua tradição. Gramsci lança mão da metáfora da sedimentação para tratar do longo processo de acumulação e acomodação de estratos sociais que, dada a longa herança, acumulam sobre o presente o peso de classes arcaicas e anacrônicas. O problema é de tal modo que “quanto mais antiga é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são estas sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do “patrimônio” dos “avós”, destes pensionistas da história econômica (GRAMSCI, 2001, p. 243)”.

O parasitismo, “isto é, um setor de população economicamente passiva (GRAMSCI, 2001, p. 245)”, a metáfora do parasita refere-se, substancialmente, ao fato de que estas populações por serem “economicamente passivas”, vivem sobre os ombros da população economicamente ativa, isto é, que produz valor, que aplica sua força de trabalho de modo criativo. Vivem de renda, quando:

não apenas extrai do trabalho primitivo de um certo número de camponeses o próprio sustento, mas que ainda consegue poupar: modo de acumulação de capital dos mais monstruosos e malsões, já que fundado na iníqua exploração usurária de camponeses mantidos no limite da fome e que custa enormemente; e já que, ao pequeno capital poupado, corresponde uma enorme despesa, como é aquela necessária para manter o nível da vida muitas vezes elevado de uma importante massa de absolutos parasitas (GRAMSCI, 2001, p. 245)

Enquanto o operário e o camponês italiano dedicam cada fibra de seus músculos à máquina e à terra uma boa parte do exército de parasitas: “um décimo da população ... vive à custa do orçamento estatal. Ocorre ainda hoje que homens relativamente jovens, ... não se dediquem mais a nenhuma atividade produtiva, mas vegetem com aposentadorias mais ou menos elevadas (GRAMSCI, 2001, p. 245)”.

Podemos dizer, portanto, que o parasitismo refere-se ao processo de sedimentação que países com longa tradição histórica sofrem, por manter resquícios dos tempos e formas sociais anteriores, e que, destas surge uma população economicamente passiva, que vive de herança e do rentismo.

Salta aos olhos o seguinte, o fato de que a permanência das formas anacrônicas de domínio influenciam no desenvolvimento da luta política entre burguesia e proletariado e,

sobretudo, no desenvolvimento do capitalismo. Pois, agindo como um entrave ao desenvolvimento das relações industriais, a aristocracia financeira e os demais setores parasitários, impedem a universalização do proletariado. Agindo como um parasita vivem da renda do aluguel da terra ou da especulação do Estado. O golpe fatal contra a própria revolução que havia se iniciado foi a elevação do crédito, por parte do Estado, que, ao invés de se colocar contra os banqueiros (os levando a bancarrota), arcou com os custos de sua manutenção os fortalecendo. A república de fevereiro, onerada pelo crédito e os juros, teve que pesar sobre alguém, o imposto, tornou-se uma espoliação dos bancos contra os camponeses, maioria da população da França.

3. Nelson Werneck Sodré e a luta pela quebra da estrutura econômica colonial

O início do livro busca demonstrar que a dinâmica da “Revolução Comercial” na Idade Média, mexeu com a composição das classes sociais nos países do velho mundo. Tal era a influência das classes ligadas ao comércio que Sodré aponta que: “O grupo mercantil era, pois, na época dos descobrimentos, um grupo com papel definido, importante e fecundo, na sociedade portuguesa (SODRÉ, 1966, p. 21)”. Tanto é que, em Portugal, não havia propriamente uma economia voltada para a agricultura, problema que determinaria alguns traços da colonização. Pois, não tendo elementos próprios para a exploração de um trabalho para a agricultura não poderia o sistema feudal, com elementos do grupo mercantil, ancorar nas terras do novo mundo sem suprir as necessidades que surgem destes novos problemas.

Como seria possível um feudalismo sem mão de obra disponível para o estabelecimento dos laços de servo e vassalo? Afinal “à vigência ou não, no início daquela época, de relações feudais que alguns afirma terem existido na legislação circunstancial e específica do sistema das capitanias hereditárias”? “Os dispositivos legais”, responde Sodré, “são caracterizadamente feudais. É preciso considerar, entretanto, a realidade colonial, que se sobrepõe à legislação. Assim, a legislação é feudal, mas a realidade gera o escravismo(SODRÉ, 1966, p. 20)”.

Como colocamos acima, havia o problema da disposição de servos, pois a guerra contra os árabes e o aumento do grupo mercantil fazia com que “A classe dos servos, padecera transformações. Seus elementos [...] emancipavam-se de fato ou de direito [...] Tal desorganização, aliás responde pela necessidade do aparecimento do regime de escravidão nos próprios territórios metropolitanos, regime que vai adquirir, nos territórios ultramarinos sua plenitude (SODRÉ, 1966, p. 21-22)”.

Temos de pontuar que, apesar da força do grupo mercantil, “os podêres da nobreza territorial não haviam desaparecido (SODRÉ, 1966, p. 22)”. O estabelecimento da empresa colonial foi sentido na metrópole, estabeleceu-se uma dinâmica que modificaria as forças sociais dentro desta. Enquanto na colonização espanhola a disposição de uma mineração nativa e de mão de obra abundante para este serviço condicionou a empresa colonial espanhola. Nas terras colonizadas por Portugal não encontrou-se uma sociedade minerada, nem mesmo jazidas nos primeiros tempos, foi necessário estabelecer novas bases e, então, estabeleceu-se a atividade agrícola. Como “não existia, no reino, no século XVI, atividade agrícola estável e organizada”, de tal modo, que “acarretaria [...] por ser nova para o português, até certo ponto, e na escala que logo assumiria, mudanças radicais naquilo que era tradicional da parte da gente portuguesa (SODRÉ, 1966, p. 24)”.

Não tendo então matérias-primas de elevado valor, o que vai “regular a posição das classes, o que vai mostrar a distinção entre elas, então, é a propriedade territorial” e, assim, “o importante é que, pela extensão da propriedade territorial, distingue uma classe (SODRÉ, 1966, p. 24-25)”. Começa aqui, no nosso entender, o processo que Sodré analisa como a formação da longa tradição que se manterá até o século XX, em termos de Gramsci o processo de sedimentação social, que viria a esmagar a vida produtiva do país. “A empresa das capitânias [...] proporciona a base para o levantamento da sociedade colonial dos primeiros tempos, base da qual ela só se afastará muito depois, e que dura, assim, longamente (SODRÉ, 1966, p. 25)”.

As consequências foram profundas sobre a sociedade portuguesa, “tais alterações correspondiam, na verdade, de um lado, ao declínio do grupo mercantil na sociedade portuguesa, onde viria a sofrer sucessivas espoliações” enquanto a propriedade da terra “pertencia a poucos (SODRÉ, 1966, p.25)”.

Outra dinâmica dialética é que, importado para terras ultramarinas, um sistema feudal com pouca disposição de servos e com a possibilidade da utilização da mão de obra nativa se transfigura numa “escravidão colonial”. O escravismo, surge, portanto, da necessidade da produção agrícola colonial da metrópole feudal: as necessidades regrediram o modo de produção.

Assim, podemos dizer que “na primeira fase colonial” encontramos “na cúpula” os proprietários de terra e de escravos, “Embaixo” um numerosa “massa de escravos”. “De permeio, praticamente, nada existe, [...] não existe coisa pública” nem mesmo “qualquer elemento caracterizadamente pertencente à burguesia (SODRÉ, 1966, p. 29)”.

É no processo de “circulação interna de mercadorias” que surge a possibilidade da “quebra do panorama antigo em que se destacava a fisionomia autárquica dos núcleos de produção agrícola”. O bloco monolítico colonial escravista, começa a “proporcionar espaço ao trabalho livre, ao mesmo tempo que cria as primeiras condições para o estabelecimento da vida urbana que até então tinha sido impossível (SODRÉ, 1966, p. 34)”. Surgem, então o “comércio urbano” e a “existência de atividades livres, de atividades urbanas, de atividades comerciais, quebrando a fisionomia antiga, tornada tradicional pela longa duração, quando a sociedade se desnivelava bruscamente do senhor ao escravo (SODRÉ, 1966, p. 35)”.

Começa uma oposição entre cidade e campo, pois “A cidade adquire [...], com a divisão progressiva do trabalho, extraordinária no regime colonial, e tardia em consequência disso mesmo, profissões e misteres que até então não haviam encontrado oportunidade para definir-se”. Com o aparecimento desta novidade na sociedade brasileira, tem-se a “resistência da classe proprietária” que “não deixa de ser continuada e rigorosa”. A questão da falta de uma ética voltada para a laboriosidade, como descrita por Gramsci sobre a América do Norte, também esta presente e influencia a manutenção do atraso, pois “o horror aos trabalhos que exigissem esforço ou habilidade física (SODRÉ, 1966, p. 35)” impediam o desenvolvimento da manufatura e mesmo do artesanato.

De modo sumário podemos apontar que, na visão de Sodré, em fins do século 1700 tem-se, no Brasil, o surgimento dos burgos, desenvolvimento de uma “classe média” devido a complexificação do tecido social, o que caracteriza um “proto-momento” da oposição cidade/campo. Em fins do século de XVIII, com o eclodir da Revolução Industrial, observamos

os seus reflexos na colônia. Mas não é possível esquecer que, entre as suas características mais evidentes, estava a da necessidade de ampliar os mercados, rasgando as cortinas do mundo enclausurado e submetido ao regime de monopólio comercial que era a América, nas regiões dominadas pelas metrópoles peninsulares (SODRÉ, 1966, p. 37).

A necessidade da ampliação de mercados para a produção industrial entrava em choque com a manutenção do sistema de monopólio colonial. Começava a ruir o domínio português. Avançados alguns séculos, já na Independência em 1822, “não vai se caracterizar pelo desenvolvimento de uma economia nacional”, isto é, não rompera com a estrutura econômica colonial, não houve “transformações em profundidade (SODRÉ, 1966, p. 33)”. A estrutura colonial daquele período pode ser descrita como uma economia do “desperdício, do esbanjamento, do esgotamento da riqueza, da transferência pura e simples desses bens ou dos lucros que eles proporcionam (SODRÉ, 1966, p. 32)”. A Independência foi parte do processo de desenvolvimento do capitalismo em sua etapa de acabamento. O comportamento dos proprietários territoriais na da colônia não foi de apego aos vínculos com Portugal, “ao contrário, a classe proprietária, na colônia, se desinteressara inteiramente da forma de subordinação política em que a área portuguesa (SODRÉ, 1966, p. 38)”. Conclui, que, “nessa transferência de domínio, a posição da classe proprietária não sofria nenhuma mudança [...] O processo da independência, pois nada tinha de revolucionário, no sentido em que só existe revolução, no sentido em que só existe revolução onde se altera o direito privado (SODRÉ, 1966, p. 38)”.

Com relação a questão sedimentar vemos que, a manutenção das classes proprietárias de terra se mantêm, impedindo o desenvolvimento das relações industriais e comerciais. O bloco monolítico do escravismo para a agricultura atua como uma âncora que mantêm uma estrutura arcaica que não se desenvolve, até no momento analisado, para uma forma moderna, mas é adaptada para uma integração as necessidades da recém fundada indústria capitalista européia. A classe média, surgida das frestas da grande propriedade, “ampliando as possibilidades de desenvolvimento de uma classe que estava divorciada da

propriedade territorial e encontrava todos os obstáculos para firmar-se em outra base”, contudo “a terra e o escravo continuavam a constituir o fundamento de tudo o que podia proporcionar a distinção, conferindo aos elementos sociais posição de primazia (SODRÉ, 1966, p. 41)”.

O capitalismo, como agente de pressão externa, conseguiu, no século XIX, não só acabar com o tráfico de escravos, como influenciou para que a escravidão fosse extinguida no Brasil. “A abolição do trabalho escravo, liquida um dos elementos fundamentais da estrutura brasileira de produção. O trabalho escravo, realmente, já colocado em absoluta incompatibilidade com a acumulação capitalista que se desenvolvia no quadro internacional (SODRÉ, 1966, p. 45)”. Houve uma modificação na configuração do trabalho. Porém, “a estrutura brasileira de produção não estava em condições de corresponder à transferência da massa [...] de escravos para a situação assalariada”. O problema que é que “a propriedade territorial não sofria [...] transformação radical” e a própria abolição “vinha corresponder a uma necessidade da própria classe de proprietários rurais (SODRÉ, 1966, p. 46)”.

Com aquele movimento que modificava as relações jurídicas no Brasil, “não correspondeu, pois, a nenhuma alteração essencial na fisionomia da sociedade brasileira [...] a sua complementação necessária na mudança do regime de propriedade (SODRÉ, 1966, p. 46).” Chegamos, finalmente, na fase em que os proprietários de terra, e a estrutura econômica colonial, tornam-se anacrônicos. Um peso sobre as forças progressivas da sociedade, que, naquele momento impediu a universalização do regime salarial. Em poucas palavras a estrutura econômica continuava “estritamente colonial (SODRÉ, 1966, p. 46)”. Os proprietários de terra, herança da empresa colonial, figuram no Brasil como capitalista como o elemento retrogrado que impede, inclusive, a proliferação do salariado como forma universal de relações de trabalho. E “A degradação ética do trabalho agravava-se, assim, com a sua degradação econômica (SODRÉ, 1966, p. 47)”.

O parasitismo, como diria Gramsci, ou os “mortos, como diria Marx, fazem “toda sorte de dificuldades [...] à formação da burguesia [...] mostrando-se os seus elementos incapazes [...] para positivar a transformação de estrutura econômica colonial em estrutura econômica nacional (SODRÉ, 1966, p. 55)”. O problema fica posto, sem uma resolução.

Cabe, portanto, estabelecer como centralidade da luta, no Brasil, a luta contra a estrutura econômica colonial, resquício parasitário da herança sedimentar da tradição

colonial de nosso país. A luta deverá ser realizada, para Sodré, com vias ao estabelecimento de uma estrutura econômica nacional. Até mesmo setores da burguesia têm interesses que isto ocorra. Os mortos ceifam as possibilidades de uma Brasil romper com sua trágica herança de dominado e escravocrata. Somente uma revolução, que destrua a estrutura da propriedade, pode solucionar este problema.

4. Gramsci e Sodré, a construção do sujeito revolucionário

A preocupação com a história e o destino de seus respectivos países é mais um elemento que aproxima ambos os autores, não obstante a proposta comunista. O que e o terreno social produziu as forças em presença, para que tanto os sujeitos revolucionários quanto as alianças e o programa necessário sejam adotados? Esta é a preocupação política central. Estudaremos, então, dois momentos da obra de Gramsci: aquele pré-carcerário e a reflexão carcerária. De Sodré estudaremos qual é a definição de povo e qual sua tarefa histórica.

Em Alguns Temas Sobre a Questão Meridional, Gramsci aponta o seguinte: a questão meridional, ou seja, do problema italiano do norte industrial e do sul agrário, é um elemento central para pensar a revolução e a aliança “operário-camponesa” traduzida para a realidade da Itália.

Podemos dizer, que, o meridionalismo é a reflexão sobre as diferenças regionais italianas, em que, destaca-se a diferença entre norte e sul. Alguns elementos bizarros surgiam deste problema, tais como, concepções pseudo-científicas que pretendiam demonstrar como a própria biologia das populações do Sul era elemento determinante para seu atraso. Então, afirmamos que, “Uma das matrizes da formação cultural de Gramsci é o meridionalismo, uma concepção político-cultural difusa e multifacetada que teve em Gaetano Salvemini uma personalidade de ponta (DEL ROIO, 2017, p. 66)”.

Gramsci, um grande estudioso da obra de Lenin e da Revolução Russa, “encontrava-se então tomado pelo empenho de desenhar a estratégia da frente única para a Itália, que deveria encontrar na aliança operário-camponesa o núcleo gerador da revolução socialista (DELO ROIO, 2017, p. 66)”. Principalmente, após ser enviado como delegado para URSS, somado ao fato que, “No pós-guerra ... começa a se formar um novo

meridionalismo, de caráter revolucionário, que indica no campesinato meridional uma força social propulsora de mudanças indispensáveis (DEL ROIO, 2017, p. 66)”.

O pensador possuía um conjunto de elementos que lhe permitiam uma *tradução* da teoria leninista da frente única à italiana:

O meridionalismo original de Gramsci facilitou em muito a compreensão e *tradução* do pensamento de Lênin para as circunstâncias concretas da Itália. Ademais, a política de frente única sugerida pela Internacional Comunista e a palavra de ordem do “governo operário-camponês” acabaram de propiciar para Gramsci uma nova leitura da questão meridional e da relação entre a classe operária e o campesinato (DEL ROIO, 2017, p. 65).

Contudo, tendo minimamente entendido a base essencial do problema das classes na Itália, Gramsci “Lamentava”, pois, entendiam que “Nós não conhecemos a Itália. Pior ainda: faltam-nos os elementos adequados para conhecer a Itália”. Tendo como consequência “a impossibilidade de fazer previsões” logo “de nos orientarmos; de estabelecer linhas de ação que tenham certa probabilidade de serem exatas”. Por fim, concluí “Não existe uma história da classe operário exatas. Não existe uma história da classe camponesa (GRAMSCI, in DEL ROIO, 2017, p. 65)”.

Durante a vida carcerária, Gramsci aprofunda a análise sobre esta aliança necessária do campesinato com o proletariado, para realização do processo de emancipação do gênero humano. Naquele processo de depuração analítica forja a forma sintética desta aliança, acrescentando ainda a relação orgânica de uma intelectualidade diretamente comprometida e interna a esta classe. “Este movimento histórico”, a revolução socialista das classes subalternas “só se torna possível desde que as classes subalternas gerem um grupo de intelectuais orgânicos”. São “orgânicos por que emersos do seio da própria classe e porque atuam historicamente em razão dos interesses da classe da qual se originam”, além, é claro, de estarem “organizados” e assim, “constituem o Príncipe moderno, um organismo que é “um elemento de sociedade complexo no qual já tenha início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e a firmada parcialmente na ação (DEL ROIO, 2017, p. 71)”.

A chave, portanto, da solução do problema tanto do problema do parasitismo quanto da destruição da hegemonia burguesa – com seu bloco histórico – é a constituição do Moderno Príncipe, isto é, a forma superior que as classes subalternas conseguem constituir,

ao unificarem sua história numa forma concreta, ao produzirem um jacobinismo de tipo novo que eleve tanto suas massas intelectuais para que assim realize uma reforma intelectual e moral.

Sodré, um pensador engajado com a história e o destino do povo brasileiro, dedicou grande parte de sua reflexão para este problema. Como um comunista, sintetizou os elementos da experiência da luta histórica das classes subalternas no mundo, sobretudo, a tradicional fórmula da frente operário e camponesa. Contudo, o Brasil, por sua formação particular não possuía a mesma configuração do bloco histórico no poder, com isto, o leque de classes a se aliar teria algumas particularidades. No final de toda a reflexão sobre o problema que existe da herança contínua da “estrutura econômica colonial”, começa a refletir, que: “Todo país tem sua estrutura social peculiar, em dada fase histórica: as classes dominantes não são as mesmas em todo os países; as classes que constituem o *povo* também não são as mesmas”. Então, o povo é constituído pela história do país, pela sua estrutura econômica, assim como, o conjunto das classes sociais dominantes. “Para se definir o conteúdo do conceito de *povo* é preciso encará-lo segundo uma situação histórica determinada e segundo as condições concretas de cada caso, tomando como base a divisão da sociedade em classes”. Sodré, então, apresenta uma concepção materialista de povo, pautado essencialmente na história e na luta de classes, mas qual seria o conteúdo do *povo*?

Compondo-se de classes, camadas e grupos diferentes, o *povo* apresenta contradições internas. Admiti-lo como formando uma unidade é pura ilusão ...O critério justo sobre o conceito *povo* ajuda a compreender o papel das massas na história, particularmente na fase atual, e situa devidamente o complexo processo de desenvolvimento por que passam países como o Brasil, em que profundas mudanças estão ocorrendo e em que o mais importante aspecto do que é nôvo está, precisamente, na presença do povo na vida política (SODRÉ, 1966, p. 196).

Delineando os elementos universais na composição do povo, Sodré passa a estudar como se configurava o povo no Brasil. Como, nesta terra em que se figurava a grande propriedade de terra, a subordinação econômica à metrópole, numa estrutura pautada na produção agrícola utilizando da forma violenta da escravidão colonial poderia emergir um povo, ou, melhor dizendo, como pode um povo surgir disto? Para Sodré o povo é determinado pelas determinações histórico-sociais de cada país e, desse levar muito em

conta, pela tarefa histórica que ele está incumbido de realizar. Então, cada fase histórica produz seu povo incumbido de sua progressiva necessidade histórica.

Enquanto, “A tarefa progressista, nas condições brasileiras do fins do século XIX, consistia em liquidar o Império, não no que representava de formal e exterior, mas no que tinha de essencial: tôdas as velhas relações econômicas e políticas que entravavam o desenvolvimento do país (SODRÉ, 1966, p. 201)”. Esta era a tarefa histórica, que produziu então um povo específico surgido das relações concretas. “As classes interessadas na implantação do nôvo regime compunham uma ampla frente, englobando setôres latifundiários e a burguesia nascente, a que se somavam a pequena burguesia, o proletariado, o semiproletariado e os servos (SODRÉ, 1966, p. 202)”. Ressalta-se duas coisas, “a classe latifundiária não fazia parte do povo” e a burguesia, que poderia ter um papel de vanguarda contra o *àncien regime*, mostrava-se “vacilante”. Uma burguesia vacilante, talvez como uma característica que seria-lhe insuperável.

O Brasil, um país que cada vez mais vai tornando-se capitalista, tem agora uma etapa de processo revolucionário para ser realizado. Mas, contra quem esta revolução deverá se levantar, quais são os elementos que constituem o povo que deverá entrar nesta luta? “A classe dos latifundiários continua dominante”, mas, ela só consegue este feito, nesta etapa do desenvolvimento histórico, aliada “com o imperialismo” e com uma aliança com elementos internos novos “uma parte da grande burguesia comercial, bancária e mesmo industrial (SODRÉ, 1966, p. 205)”. Portanto, podemos perceber que trata-se de uma revolução anti-latifundiária, antiimperialista. O imperialismo, na verdade, não deve ser percebido como elemento externo, pois “está presente por toda a parte: quando um brasileiro acende a luz, faz a comida, fala no telefone, toma o bonde, escova os dentes, raspa a barba, liga o rádio, vai ao cinema, em todos esses momentos encontra a presença do imperialismo (SODRÉ, 1966, p. 205)”. Em poucas palavras, “O poder está repartido entre a alta burguesia e os latifundiários, ligados, todos, ao imperialismo (SODRÉ, 1966, p. 206)”.

As classes sociais vinculadas a este projeto são, partes da alta e média burguesia, que de algum modo estão descoladas dos interesses do imperialismo, o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia. Estes são os elementos que organizados e unidos seriam invencíveis, formariam o Povo-Nação, o povo brasileiro. A dinâmica imposta para esta

tarefa é a dinâmica entre a vanguarda e a massa. A vanguarda incumbida de levantar, educar e unir as massas do povo.

5. APONTAMENTOS PRELIMINARES;

Podemos então, inferir, dado nosso estudo, que, Gramsci e Sodré chegam a conclusões comuns com relação aos problemas da sedimentação das formas históricas, gerando um peso sobre as estruturas produtivas que impedem com que a vida da sociedade seja centrada nas classes essenciais da produção, ou seja, na modernidade capitalista, as formas anacrônicas resistem como formas parasitárias pesando sobre a produção. Na Itália, um país capitalista central, as formas anacrônicas resistem de um modo particular, como elementos do rentismo, dos “acumulares de poupança”, no Brasil, país colonial marcado pelo escravismo e pela grande propriedade de terra, desenvolve-se uma estrutura econômica colonial que nunca foi completamente destruída e que impede o desenvolvimento de uma economia capitalista e urbana.

No entanto, no desenvolvimento do estudo um elemento interessante surgiu, que pode ser esmiuçada numa pesquisa futura, Gramsci chega a fórmula classes subalternas, como categoria sintética da expressão das classes que ao mesmo tempo estão fora do conjunto das classes dominantes e estão subordinados econômica e politicamente a elas, além de serem as classes que têm a tarefa histórica progressiva de desarticulação do bloco dominante e o estabelecimento de uma nova hegemonia. Já Sodré desenvolve a categoria sintética de “*povo*”, neste caso seria o conjunto de classes vinculadas a uma estrutura econômica e social concreta, além, é claro, de serem os elementos dentro de determinada sociedade que têm a tarefa desenrolar às necessidades progressivas que a realidade concreta impõe, contra as classes no poder, que defendem a conservação.

A questão com a qual terminamos nosso trabalho é: Será que o conceito de *povo* em Sodré é um equivalente ao conceito gramsciano de *classes subalternas*?

Referências

- BERTHIER, Réne. *A Teoria Política e Método de Análise no Pensamento de Bakunin*. São Paulo, ITHA, 2017. Disponível online em <https://ithanarquista.wordpress.com/2014/11/27/rene-berthier-teoria-politica-e-metodo-de-analise-no-pensamento-de-bakunin-entrevista/>, acessado em 1 de agosto de 2017 às 17:00.
- DANGEVILLE, R. *Preface*, in MARX, K. *Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo, BOITEMPO EDITORIAL, 2011.
- DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a Emancipação do Subalterno*. **Revista de Sociologia e Política.**, Curitiba, 29, p. 63-78, novembro. 2017.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Vol 3*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Vol 4*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. *La guerre civile aux États-Unis (1861 – 1865)*. Paris, Gallimard, 1965.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo. BOITEMPO Editorial, 2013.

SODRÉ, N. W. *INTRODUÇÃO À REVOLUÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.